

**AgInt nos EDcl nos EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.224.159 - SP  
(2010/0219589-2)**

**RELATOR : MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE : HERCILIO SERAFIM**  
**ADVOGADO : FRANCISCO DJALMA MAIA JÚNIOR - SP197377**  
**AGRAVADO : RÁDIO TRANSAMÉRICA DE SÃO PAULO LTDA**  
**ADVOGADOS : FLÁVIO LUIZ YARSHELL E OUTRO(S) - SP088098**  
**GUSTAVO PACÍFICO - SP184101**  
**AGRAVADO : CEISON YAMADA**  
**ADVOGADO : JOSÉ XAVIER MARQUES - SP053722**  
**AGRAVADO : CALIL BASSIT NETO**  
**ADVOGADOS : SÉRGIO DE GODOY BUENO E OUTRO(S) - SP018580**  
**FRANCISCO DE GODOY BUENO - SP257895**

### **DECISÃO**

Trata-se de **agravo interno** (fls. 7.320-7.327) interposto por HERCÍLIO SERAFIM contra decisão, de relatoria do em. **Ministro Lázaro Guimarães**, que acolheu seus embargos de declaração, para fixar honorários advocatícios sucumbenciais a serem pagos por RÁDIO TRANSAMÉRICA DE SÃO PAULO LTDA, ora agravada, em decisão da qual se decalca o seguinte excerto (fls. 7.282-7.283):

*"A decisão ora embargada deu provimento ao recurso especial de CALIL BASSIT NETO para extinguir a 'ação de prestação de contas' que lhe movia RADIO TRANSAMÉRICA DE SÃO PAULO LTDA, reformando-se o v. acórdão estadual que, confirmando sentença, havia julgado procedente a referida ação e prejudicado o apelo nobre dos ora embargantes. No entanto, não fixou honorários advocatícios sucumbenciais.*

*Nesse jaez, quando à fixação dessa condenação, deve-se definir, em primeiro plano, qual norma a ser aplicada, se o Código de Processo Civil de 1973 ou o Código de Processo Civil de 2015.*

*(...)*

*Assim sendo, tendo a sentença sido prolatada na vigência do CPC/73, o referido Codex deverá nortear a fixação da verba honorária sucumbencial. Considerando, ainda, que com o provimento do apelo nobre não houve condenação, deverá ser aplicada a regra do art. 20, §4º, do CPC/73, a qual determina ao julgador uma apreciação equitativa com aplicação dos critérios do § 3º do mesmo código. Ademais, não havendo condenação, inviável o pleito dos embargantes de inversão dos ônus da sucumbência quanto aos honorários advocatícios.*

*Nesse panorama, sopesados os critérios do art. 20, §§ 3º e 4º, do CPC/73, levando-se em conta que o valor envolvido*

*na causa de R\$4.000.000,00 (quatro milhões de reais), já impõem aos advogados elevado zelo e responsabilidade, deve-se fixar os honorários sucumbenciais a serem suportados pela embargada RADIO TRANSAMÉRICA DE SÃO PAULO LTDA neste feito, em 0,5% (meio por cento) sobre o valor da causa.*

*Registre-se, ainda, que o outro promovido - CALIL BASSIT NETO - na referida ação de prestação de contas julgada extinta também opôs embargos de declaração alegando omissão quanto aos honorários advocatícios sucumbenciais, vício que, ao ser examinado, levou em consideração a sucumbência aqui fixada."*

Nas razões do agravo interno, HERCÍLIO SERAFIM afirma que "(...) a interpretação de equidade dada pela r. decisão está, data venia, equivocada, pois o §4º do art. 20 do Código de Processo Civil estabelece que '§ 4º - Nas causas de pequeno valor, nas de valor inestimável, naquelas em que não houver condenação ou for vencida a Fazenda Pública, e nas execuções, embargadas ou não, os honorários serão fixados consoante apreciação equitativa do juiz, atendidas as normas das alíneas a, b e c do parágrafo anterior', o que autoriza o Magistrado a superar o limite máximo de 20% nos casos em que o valor da causa for muito baixo e 20% dele não for capaz de remunerar o advogado da parte vencedora pelo trabalho que teve. Contudo, aquele dispositivo não autoriza a condenação em honorários de sucumbência menores do que 10% do valor da causa" (fls. 7.323).

Ao final, pleiteia reconsideração da decisão agravada para majorar os honorários advocatícios sucumbenciais em 20% sobre o valor da causa, ou que o presente recurso seja levado a julgamento perante a eg. Quarta Turma.

A ora agravada RÁDIO TRANSAMÉRICA DE SÃO PAULO LTDA apresentou impugnação, pelo desprovimento do agravo interno.

É o relatório. Passo a decidir.

Como relatado, a pretensão trazida no presente agravo interno é majorar os honorários advocatícios sucumbenciais que foram fixados na decisão (fls. 7.281-7.283) - que acolheu seus embargos de declaração -, a qual integrou anterior *decisum* (fls. 7.193-7.201) que extinguiu a ação ordinária proposta por RÁDIO TRANSAMÉRICA DE SÃO PAULO LTDA, ora Agravada, em desfavor do ora Agravante e Outros.

No entanto, tem-se que RÁDIO TRANSAMÉRICA DE SÃO PAULO LTDA também interpôs agravo interno (fls. 7.237-7.251 e fls. 7.357-7.362), o qual foi

parcialmente provido para reconsiderar a decisão que extinguiu a referida ação ordinária, tornando-a sem efeito, ressaltando que os recursos especiais encartados nestes autos serão pautados oportunamente para julgamento colegiado perante a eg. Quarta Turma.

Nesse cenário, considerando que este agravo interno visa majorar verba honorária fixada em decisão reconsiderada, fica evidenciada a perda de seu objeto. Nesse senda, deve o ora agravante aguardar o novo julgamento do presente feito, para, após o resultado, se entender necessário, discutir eventuais ônus sucumbenciais.

Ante o exposto, com arrimo no art. 34, XI, do RI-STJ, **julgo prejudicado este agravo interno**, reconhecendo a perda de seu objeto.

Publique-se.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO  
Relator